



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo n.º 2/2015, em que é recorrente **José Marcos Teixeira da Costa** e recorrido o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 60/2020

*(José Marcos Teixeira da Costa v. STJ, sobre violação do direito de acesso à justiça e o direito de recurso)*

### I. Relatório

1. O relatório desses autos já se encontra em larga medida recortado pelo *Acórdão n.º 21/2020*, de 18 de junho, *José Marcos da Costa v. STJ*, sobre violação do direito de acesso à justiça e do direito de recurso, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, n.º 139, I Série, 23 de dezembro de 2020, pp. 2142-2145, que admitiu este recurso, pelo que se reitera o que naquela decisão ficou assente, acrescentando posteriormente a tramitação subsequente.

Assim nos termos recortados:

*“José Marcos Teixeira da Costa, com os demais sinais de identificação nos autos, inconformado com o Acórdão n.º 62/2015, de 30 de março de 2015, proferido pelo Venera[n]do Supremo Tribunal de Justiça, que declarou a inutilidade superveniente do conhecimento do mérito do recurso de agravo que havia interposto contra o despacho do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, através do qual, lhe tinha sido decretada a prisão preventiva como medida de coação pessoal, veio, interpor o presente recurso de amparo constitucional, alegando que:*

*1.1. O acórdão recorrido é inconstitucional porque se baseou em meras suposições e não (...) em factos concretos.*

*1.2. (...) presumiu-se no douto despacho recorrido que a então decisão recorrida estaria ultrapassada por uma nova (sem se indicar qual) assim como se assumiu que teria ocorrido um reforço do juízo indiciário, sem que, contudo, qualquer destas conclusões tenham sido fundamentadas em termos factuais.*

*1.3. A natureza abstracta da fundamentação confirma-se quando a certo ponto do douto acórdão recorrido se faz referência a despacho de pronúncia ou equivalente, posto que, por um lado, tal revela um desconhecimento sobre se existiu ou não despacho de pronúncia no processo crime em causa.*

*1.4. Mais, fala-se em decisões que reapreciaram os pressupostos da prisão preventiva, quando, na verdade, essa reapreciação apenas ocorreu uma única vez.*

*1.5. Uma vez que a decisão recorrida não levou em consideração os concretos despachos proferidos na Primeira Instância, mas apenas a mera suposição da respectiva existência, necessariamente também não terá tido em consideração os concretos fundamentos que estiveram na base dos despachos proferidos na Primeira Instância.*

*1.6. Assim sendo, o acórdão recorrido é inconstitucional por violar o direito de acesso à justiça, consagrado no art. 22.º, n.º 1, da CRCV, porque este direito pressupõe a efectividade da apreciação feita pelo tribunal, efectividade essa que, necessariamente, só é alcançável quando a decisão tem na sua base os factos realmente ocorrido[s] no caso concreto.*

*1.7. Ainda que assim se não entenda, na interpretação das normas processuais deve prevalecer a que melhor garanta a tutela efectiva do direito e a concretização da justiça material, devendo repudiar-se as interpretações meramente formais que obstaculizem o exercício do direito fundamental à tutela jurisdicional efectiva;.*

*1.8. Acontece que esta regra essencial para a garantia do respeito pelo direito à tutela jurisdicional efectuada é violada quando se defende que, independentemente das circunstâncias concretas do caso, qualquer decisão relativa à reapreciação dos pressupostos da prisão preventiva não impugnada conduz à inutilidade superveniente de todas as anteriores impugnações contra essa medida de coação.*

*1.9. Assim é porque exige a prática de um acto processual totalmente inútil sempre que na reapreciação da prisão preventiva o tribunal se limite a fundamentar a manutenção dos pressupostos que justificaram em primeiro lugar o decretamento dessa medida de coacção.*

*1.10. Se os fundamentos são os mesmos, isto é, se existe total identidade entre a decisão que decretou a prisão preventiva e a decisão que determinou a sua manutenção, em especial quando esta última se limita a remeter para os fundamentos da primeira, é manifestamente redundante uma nova impugnação desta decisão, pois limitar-se-á a repetir a impugnação da primeira decisão.*

*1.11. A lógica das coisas não permite, nem muito menos impõe, a conclusão de que corresponde a uma aceitação tácita da nova decisão não impugnada proferida pelo próprio tribunal recorrido, na pendência de um recurso, quando nesta decisão o tribunal se limita a confirmar a decisão recorrida, remetendo para os fundamentos utilizados nessa mesma decisão mesma decisão, e conseqüentemente já impugnados, sem invocação de qualquer argumento novo.*

*1.12. Isso porque, havendo identidade entre a fundamentação e a decisão das duas decisões, a invalidação da primeira, designação, por improcedência dos fundamentos, naturalmente que a segunda decisão deverá ser considerada como caducada desaparecimento do respectivo objecto.*

*1.13. Assim a decisão recorrida dá prevalência a questões meramente formais, sem atender à materialidade subjacente ao caso.*

*1.14. Termina o seu arrazoado formulando os seguintes pedidos:*

*a) que a decisão recorrida seja declarada inconstitucional,*

*b) e, em conformidade, seja ordenada ao tribunal ora recorrido a apreciação do mérito do recurso interposto contra a prisão preventiva do ora recorrente.”*

2. Nos termos do artigo 18 da Lei do Amparo e do Habeas Data a entidade recorrida foi notificada o dia 3 de novembro de 2019 para, querendo, responder às

questões suscitadas pelo recorrente, optando esse órgão por se manter em silêncio, seguindo os autos para o Ministério Público no dia 18 de novembro.

3. Este ofereceu ao Tribunal o seu parecer final sobre o fundo da questão considerando, após doura e analítica apreciação das questões de facto e de direito referentes ao juízo de admissibilidade e de mérito, que:

3.1. “[d]o que ficou dito pode-se concluir que: “[c]om o tempo decorrido e tendo o recorrente já cumprido a pena a que foi condenado, não se mostra possível qualquer efeito imediato e direto na sua situação e posição processual: liberdade e direito ao recurso. A inviabilidade de um efeito direto, não inutiliza o pronunciamento do Tribunal Constitucional no que respeita à validade das normas e efetividade dos direitos que terão sido violados no caso concreto. A tutela efetiva do direito ao recurso supõe o dever de apreciação do seu mérito em se mantendo o sujeito e objeto do processo”.

3.2. Assim, “[d]o exposto, somos de parecer que “a) supridas as falhas de fundamentação o recurso de amparo constitucional preenche os pressupostos de admissibilidade; b) Nada há a promover sobre a medida provisória[;]. c) Podendo ser declarada a ocorrência de violação do direito efetivo ao recurso e a sua apreciação num prazo razoável, não se mostra realizável qualquer efeito direto na situação processual do recorrente[;] d) A interpretação e aplicação da circunst[â]ncia de inutilidade superveniente da lide nos termos formulados no acórdão recorrido é suscetível de ofender o efetivo direito ao recurso, tal como previsto no nº 7 do artigo 35º da Constituição”.

4. Depois de analisado o autuado,

4.1. O Relator a 30 de dezembro depositou o projeto de acórdão, solicitando a marcação de sessão de julgamento para efeitos de apreciação e decisão da súplica de amparo;

4.2. Por despacho do Venerando JCP Pinto Semedo a supracitada sessão pública foi marcada para o dia 4 de dezembro, em que efetivamente se realizou com a presença exclusiva dos juízes conselheiros e do secretário do Tribunal. O representante do Ministério Público e a mandatária do recorrente, devidamente notificados, optaram por não participar, não se inscrevendo para assistir qualquer pessoa do público, malgrado a divulgação feita pelos canais habituais.

4.3. Depois da apresentação do projeto de acórdão pelo JCR, o JC Aristides R. Lima interveio, prolatando o seu voto de acompanhamento do relator quanto às propostas de decisão e à fundamentação arrolada no projeto, com o JCP Pinto Semedo a endossar a proposta de encaminhamento feita pelo relator votando no mesmo sentido e tecendo algumas considerações de carácter fáctico sobre o reexame da medida de prisão preventiva.

4.4. Apurado o sentido decisório, ficou incumbido o Relator de apresentar a versão final do acórdão para arbitragem, o que se fez nos termos desenvolvidos a seguir:

## **II. Fundamentação**

1. O recorrente na sua peça de interposição do presente recurso de amparo constitucional parece impugnar duas condutas do poder judicial recorrido:

A – A primeira reside no facto de que este órgão terá fundamentado a sua decisão de indeferimento de seu recurso contra despacho de aplicação da medida de coação prisão preventiva por parte do tribunal de primeira instância com base em meras suposições e não com fundamento em factos concretos, ao considerar que possivelmente teria havido no processo decisões de reapreciação da prisão preventiva e despacho de pronúncia ou equivalente não impugnados, sem averiguar se de facto essas decisões chegaram a ocorrer efetivamente.

B – A segunda decorre do facto de que o Supremo Tribunal de Justiça terá violado o seu direito de acesso à justiça ao considerar que, mesmo havendo reapreciação dos pressupostos da prisão preventiva e despacho de pronúncia ou outro materialmente equivalente, estas decisões ao não serem impugnadas levariam à inutilidade superveniente do recurso interposto contra o despacho que aplicou a medida de coação de prisão preventiva.

1.1. É hora de avaliar, primeiramente se essas condutas foram praticadas pela egrégia corte recorrida e, segundo, se elas violam o direito invocado pelo recorrente ou qualquer outro de sua titularidade.

1.1.1. Para isto, mister se mostra recortar a fundamentação empreendida pela entidade recorrida para não fazer valer a pretensão que o recorrente tinha endereçado a ela.

Assim, nos termos desta decisão, o órgão recorrido considerou que: “[o] recurso foi expedido em 18.01.2015 e deu entrada neste tribunal em 06.02.2015. Os autos foram apresentados pela primeira [vez?] à relatora em 25.02.2015. Considerando o tempo decorrido, no exame preliminar solicitou-se ao tribunal recorrido informação sobre o estado do processo principal, tendo informado por ofício de 11.03.2015 que o recorrente tem julgamento marcado naqueles autos para o dia 07.04.2015. Isto significa que a decisão recorrida neste momento estará já ultrapassada por nova e mais actual decisão, havendo, tudo indica, um reforço do juízo indiciário. Por outro lado, durante a execução da prisão preventiva, nos termos do previsto no art. 294º do CPP, o juiz deve obrigatoriamente proceder, de três em três meses, ao reexame dos seus pressupostos, e decidir se a mesma deve ser mantida, substituída ou revogada. Assim, qualquer decisão que viesse a ser proferida nos presentes autos não produziria efeito útil porque deixaria incólumes os despachos de pronúncia ou equivalente, e os que reapreciaram os pressupostos da prisão preventiva entretanto proferidos e não impugnados pela via de recurso. Termos em que se propõe que seja declarada extinta a instância, por inutilidade superveniente da lide, nos termos do art.260º alínea a) do Código de Processo Civil, aplicável por força do art[igo] 26º do Código de Processo Penal”.

1.1.2. Analisando a argumentação empreendida pelo órgão recorrido, verifica-se que, como fundamenta o recorrente, o mesmo não averiguou com base em factos concretos, se teria havido reapreciação da medida de prisão preventiva aplicada ou emissão de despacho de pronúncia ou equivalente. Limitou-se a deduzir que tais decisões teriam sido tomadas unicamente com base na informação prestada pela primeira instância de que o julgamento do recorrente naquela altura já tinha sido marcado para o dia 7 de abril de 2015.

Portanto, ao que parece, com base nesta informação e na disposição legal que determina a reapreciação dos pressupostos da prisão preventiva de três em três meses, o órgão *a quo* considerou que já teria havido despacho de reavaliação da prisão preventiva e despacho de pronúncia ou equivalente.

Partindo desta premissa, considerando que o recorrente não impugnou por via de recurso essas decisões, haveria uma inutilidade superveniente de conhecimento do recurso interposto contra o despacho que decretou a medida de prisão preventiva, porque conforme considera, esse conhecimento não produziria qualquer efeito útil pois deixaria

incólume quer o despacho de reapreciação da prisão preventiva quer o despacho de pronúncia ou equivalente.

1.2. Entretanto, neste segmento importa avaliar apenas a primeira conduta do órgão recorrido, dispensando por ora eventuais considerações relativas à segunda parte de sua interpretação. Assim, o que se pretende por ora saber é se o órgão recorrido poderia ter concluído apenas com o conhecimento de que o julgamento do recorrente já havia sido marcado e com o facto de que o prazo de três meses para reavaliação dos pressupostos de prisão preventiva já havia expirado que houve esta reapreciação e despacho de pronúncia ou equivalente.

1.2.1. Com efeito uma coisa é sabida: nos termos do número 1 do artigo 294 do Código de Processo Penal é obrigação do juiz proceder de três em três meses à reapreciação da medida de prisão preventiva aplicada no sentido de averiguar se os pressupostos para a sua manutenção persistem, podendo decidir pela sua subsistência, substituição ou revogação. O reexame da prisão preventiva é de extrema importância na medida em que funciona como garantia do direito à liberdade sobre o corpo e não depende da boa vontade do juiz, muito pelo contrário, sendo dever oficioso do mesmo de o realizar a cada três meses.

1.2.2. Todavia, não parece a este Tribunal que seja de conclusão automática que o facto de já se ter decorrido três meses da data da aplicação da prisão preventiva significa que houve reexame dos pressupostos da prisão preventiva, porque, embora seja dever do tribunal de instância, não quer dizer que o mesmo o faça. Outrossim, não poucas vezes tal facto não acontece; ou seja, situação em que, mesmo tendo decorrido prazo de três meses, o tribunal não procede à avaliação da medida de coação de prisão preventiva. Neste sentido, ainda que a argumentação relativamente à inutilidade superveniente da lide da entidade recorrida tenha razão de ser, não transmite certeza que tenha havido reavaliação dos pressupostos da prisão preventiva, pois ancora o seu entendimento apenas no facto de que os três meses para essa reapreciação tinham se esgotado, sem que o tribunal de recurso averigue com base nas informações constantes do processo se de facto tal reexame tenha ocorrido.

Assim, só com a análise minuciosa do processo ou então com a solicitação concreta desta informação ao tribunal de instância é que se pode ter certeza de que houve

reexame da medida de coação aplicada e de que não houve impugnação dessa decisão que reapreciou a prisão preventiva.

1.2.3. O órgão recorrido não o fez. O que, através do eminente relator do processo, fez foi solicitar informação ao juiz de primeira instância a respeito do estado do processo, tendo esta entidade informado que o recorrente tinha julgamento agendado para o dia 7 de abril de 2015, portanto naquela altura num futuro bem próximo, considerando que o pedido de informação tinha sido formulado no dia 5 de março do mesmo ano. Não parece a este Tribunal que isto seja suficiente para se considerar que houve reapreciação da prisão preventiva. Era necessário que houvesse certeza de tal facto.

1.2.4. O argumento utilizado em relação ao despacho de pronúncia ou equivalente, também invocado pelo órgão recorrido para fundamentar esta ideia de que teria havido decisões posteriores no processo que teriam confirmado a aplicação da medida de prisão preventiva, transmitindo a ideia de que haveria relação entre o despacho de pronúncia e o despacho de aplicação de medida de coação, pelo que o não recurso do primeiro implicaria automaticamente na inutilidade superveniente do recurso do segundo não parece muito persuasivo. Pela simples razão de que esses dois despachos têm objeto e finalidades distintas. Um visa averiguar se os pressupostos para aplicação de alguma medida de coação estão preenchidos enquanto que o outro tem como objetivo analisar se existem indícios suficientes que sustentam a acusação contra o arguido.

E, ainda que haja despacho de pronúncia a confirmar a existência desses tais indícios, não significa isto que haja confirmação ou maior certeza de que os pressupostos para aplicação da prisão preventiva estejam preenchidos. Primeiramente, pelo simples motivo de que as condições para o proferimento do despacho de pronúncia e para a aplicação da medida de coação de prisão preventiva não são as mesmas. Na verdade, nem sequer o pressuposto que à primeira vista poderia parecer igual o é, pois para a aplicação da medida de coação prisão preventiva é necessário que hajam fortes indícios da prática de crime doloso punível com pena de prisão superior a três anos e para o proferimento do despacho de pronúncia basta que o juiz de pronúncia considere que existem indícios suficientes de que o arguido praticou facto punível ou que é possível a aplicação de uma medida de segurança. Portanto, enquanto um exige indícios suficientes o outro impõe a presença de fortes indícios.



Além disso, a prisão preventiva exige outras condições estipuladas pelo artigo 276 do Código de Processo Penal. Primeiro, a inidoneidade ou inadequação das outras medidas de coação pessoal; segundo, fuga ou perigo de fuga; terceiro, perigo concreto e atual para a aquisição, conservação ou veracidade de prova que se mostre exigência específica e inderrogável para as investigações em curso; e, quarto, perigo em razão da natureza e das circunstâncias do crime ou da personalidade do arguido, de perturbação da ordem e da tranquilidade pública ou da continuação da atividade criminosa.

1.2.5. Portanto, é bem possível que o recurso contra despacho que aplica prisão preventiva tenha procedência enquanto que o recurso contra o despacho de pronúncia ou equivalente não tenha o êxito pretendido, pelo que nem sequer o facto de não haver recurso contra esta última decisão consiste numa inutilidade superveniente da lide, no sentido de que ela ficaria incólume. Pois disso não decorre que o recurso contra o despacho que aplica a medida de coação não tenha procedência, e seja, por exemplo, ordenada a soltura do arguido, na medida em que, como referido, os dois despachos têm pressupostos diferentes.

Por conseguinte, independentemente de ter havido no processo decisões que reapreciaram a prisão preventiva ou despacho de pronúncia ou equivalente, a conduta do órgão *a quo* em considerar que houve essas decisões com base em meros presunções sem que se dignasse averiguar com base em informações concretas constantes do processo a sua existência, violou posições jurídicas fundamentais do recorrente, concretamente o seu direito ao recurso e o direito a obter tutela jurisdicional efetiva, e, portanto, por esta via, o seu direito de acesso à justiça. Isto considerando, por um lado, que o facto de o recorrente ter julgamento marcado e o prazo para a reapreciação da medida de coação prisão preventiva se tenha esgotado, não significa necessariamente que houve esse reexame e, por outro lado, ainda que tenha havido no processo despacho de pronúncia ou equivalente, e este não tenha sido impugnado, não quer isto dizer que o recurso da decisão que aplicou a prisão preventiva seja inútil, pois estas decisões têm pressupostos e objeto diferentes.

A desconsideração dos direitos de recurso e à tutela jurisdicional efetiva é evidente, pois ambos têm no seu âmago a exigência de que uma decisão juridicamente justa é aquela que conheça o fundo da questão de uma causa, sendo que qualquer operação por parte dos tribunais em não o conhecer deve ser excecional e com fundamentação legal

e constitucional legítima e convincente, nunca com base em meras especulações e, ainda que o motivo para o seu não conhecimento exista, o tribunal deve atestá-lo com base em provas concretas, a não ser nos casos em que é da própria responsabilidade do recorrente apresentá-las e ele não o faz.

1.3. Ultrapassada esta primeira questão, resta avaliar a segunda conduta impugnada pelo recorrente.

1.3.1. Mas, em coerência ao plasmado nos pontos anteriores, resta saber apenas se consiste em inutilidade superveniente do recurso de aplicação da medida de coação preventiva o facto do recorrente não ter impugnado por via de recurso o despacho de reexame da prisão preventiva que a manteve por considerar que os seus pressupostos se preservaram. Pois esta questão relativamente ao despacho de pronúncia ou equivalente já se encontra superada, pois, como avaliado, facilmente se consegue depreender das disposições legais e constitucionais aplicáveis a esses institutos que os mesmos não têm objeto e finalidades idênticas ou parecidas no sentido do recurso de um prejudicar o recurso do outro.

Todavia, o mesmo não se passa em relação aos dois despachos analisados neste segmento, pois, na verdade eles têm uma relação umbilical visível. O despacho que reexamina a prisão preventiva visa averiguar se os pressupostos que a legitimaram e justificaram a aplicação da prisão preventiva a um arguido se sustentam. Naturalmente, o problema não se coloca quando se responde a esta questão pela negativa, situação na qual o juiz decide pela revogação ou substituição da prisão preventiva, o que implica na libertação imediata do arguido. O dilema aparece exatamente nos casos em que o tribunal decide pela manutenção da medida por considerar que os pressupostos que legitimaram a sua aplicação se mantêm.

1.3.2. Mas, mesmo nestes casos, o problema que agora o Tribunal precisa responder apenas se coloca nas situações em que o arguido não recorre da decisão que reaprecia a prisão preventiva, porque se ele recorre desta decisão nenhum problema se levanta relativamente à inutilidade superveniente do recurso da primeira decisão que aplicou a medida, na medida em que, embora a procedência do último não implique necessariamente na procedência do primeiro, manifestamente que a pretensão do arguido de ver restituída a liberdade sobre o seu corpo estaria garantida.

Portanto, é nos casos como este que o Tribunal tem em mãos que a questão suscitada pela entidade recorrida e impugnada pelo recorrente se coloca. A resposta não é tão simples como a que foi dada relativamente à relação entre o despacho de pronúncia e o despacho de aplicação da medida de coação prisão preventiva, pois aí era claro que quer o objeto quer a finalidade eram distintos, pelo que poderiam perfeitamente ser dois recursos autónomos sem que houvesse necessariamente inutilidade superveniente do recurso de aplicação da prisão em virtude do não recurso do despacho de pronúncia.

1.3.3. Precisamente, porque neste quesito particular os dois despachos visam garantir a mesma coisa, qual seja de se averiguar se os pressupostos para a aplicação da medida de coação preventiva se encontram preenchidos. As diferenças entre esses dois despachos são residuais. Primeiro, o segundo despacho só existe nos casos em que aquele seja aplicado, pois não pode haver reapreciação de prisão preventiva, sem prévia aplicação da mesma. Segundo, o despacho de reapreciação não aplica a prisão preventiva, mas sim reaplica-a. Pelo que, na verdade, têm diferenças, mas estas são tão residuais que não desfiguram o seu objeto que é comum: o de se avaliar os pressupostos para a aplicação da medida de coação preventiva se encontram preenchidos.

1.3.4. Entretanto, o que importa verificar é se o não recurso do despacho que reexamina a prisão preventiva importa necessariamente uma inutilidade superveniente do recurso de aplicação da medida de coação prisão preventiva, na medida em que quer a procedência ou improcedência deste recurso deixaria intocável a decisão que reavaliou a prisão preventiva e a manteve.

1.3.5. Este problema trás a baila duas questões essenciais que precisam ser ponderadas. Primeiro, a ideia de que as normas de processo penal e de direito penal, uma vez que atentam muitas vezes contra direitos, liberdades e garantias dos indivíduos, especialmente do arguido, precisam sempre ser interpretadas tendo em devida consideração esses direitos e premissa constitucional de se operar as interpretações que melhor os favoreçam. Segundo, o facto de que o arguido, detentor de inúmeras liberdades e direitos processuais, tem o ônus de se defender pelas diversas formas previstas legal e constitucionalmente, nomeadamente por via da impugnação das mais diversas decisões que lhe sejam desfavoráveis e possam afetar as suas posições jurídicas legítimas.

Pois, ainda que seja dever deste Pretório Constitucional interpretar essas normas do modo o mais flexível possível em conformidade com a Lei Mãe da República, não é menos certo que ele não deve substituir o arguido nos casos em que o mesmo deveria ter atuado para proteger o seu direito e não o fez. Por este motivo que, por imposição constitucional, se justifica a criação a nível ordinário de mecanismos de proteção e tutela dessas posições jurídicas, no sentido de permitir aos indivíduos, essencialmente ao arguido, a possibilidade de se defender contra qualquer ato ou decisão que o prejudica.

Um desses meios, em processo penal, é o direito de recurso, constitucionalmente previsto e legalmente estipulado.

1.3.6. Em princípio, pode haver recurso de toda e qualquer decisão proferida em processo penal, com algumas exceções. É através desses recursos que o arguido demonstra a sua inconformação com essas decisões, manifestando a sua vontade de as ver alteradas ou revogadas de acordo com as suas pretensões. Entretanto, quando o arguido não lança mão desse importante mecanismo de defesa outra conclusão não pode ser tirada a não ser que se conformou com a decisão proferida. Assim esta, em princípio, transforma-se em caso julgado formal ou material, não podendo mais ser alterada. Por exemplo, seria esta a conclusão óbvia e sem suscitar problemas de maior, caso o arguido não tivesse recorrido da decisão que lhe aplicou a medida de coação prisão preventiva.

1.3.7. Mas, ao que parece não é isto que o recorrente contesta. Ele entende que, na medida em que o despacho que reexaminou a sua prisão preventiva, baseou-se nos mesmos factos e pressupostos, seria desnecessário que ele intentasse um segundo recurso com os mesmos fundamentos. Deste modo, ele pretende propor tese de que o tribunal *a quo* deveria ter avaliado o primeiro recurso e, se orientasse a sua decisão pela sua procedência, isso seria suficiente para fazer cair eventuais decisões posteriores que mantivessem a prisão preventiva.

1.3.8. Todavia, não parece a este Tribunal que este raciocínio esteja correto. A regra de que as decisões judiciais suscetíveis de recurso devem ser impugnadas e se não o forem oportunamente transitam em julgado, não podendo ser, exceto em casos muito excepcionais, posteriormente conhecidas ou alteradas, seria fortemente dissuasora contrária de tal interpretação. A decisão que reavalia a situação de prisão preventiva e decide pela sua manutenção, revogação ou substituição é recorrível, sendo um recurso

que sobe em separado e imediatamente, nos termos da alínea b), do número 1 do artigo 446 do CPP. Pelo que o arguido, neste caso o recorrente, deve impugná-la. É o meio que ele tem ao seu dispor para demonstrar que não concordou com a decisão concreta que reavaliou os pressupostos de aplicação da prisão preventiva. Se não o fizer, outra conclusão não pode daí ser retirada que não seja de que com ela se conformou e de que houve formação de um caso julgado. Mesmo considerando que houve anteriormente impugnação do despacho que aplicou a medida de coação prisão preventiva, pois são duas decisões proferidas em momentos distintos e o recurso contra o segundo, que até pode, nos casos em que a fundamentação se mantém, simplesmente remeter aos argumentos aduzidos aquando do primeiro recurso, confirma e fortalece a sua inconformação contra a primeira decisão.

2.3.9. Entretanto, este facto significa que o órgão *a quo* pode recusar o escrutínio do primeiro recurso com o fundamento em inutilidade superveniente da lide?

Ressalvada a questão analisada anteriormente em que este órgão não confirmou com base em dados constantes do processo se de facto houve ou não reapreciação da medida de coação prisão preventiva o que consiste em violação de posições jurídicas fundamentais do recorrente anteriormente analisada, é de se responder positivamente à questão. Precisamente porque qualquer decisão que viesse a ser proferida no âmbito do primeiro recurso, quer fosse pela sua procedência quer fosse pela sua improcedência, não poderia ter quaisquer efeitos sobre a segunda decisão que reavaliou os pressupostos de prisão preventiva e decidiu pela sua manutenção, dado que, considerando-se que esta decisão concreta não fora impugnada, forma-se o caso julgado. Assim, na medida em que não teria quaisquer consequências sobre a segunda decisão, especialmente aquele efeito que o recorrente tanto queria, a sua liberdade sobre o corpo, seria de todo inútil o conhecimento deste recurso e o proferimento de qualquer decisão de mérito que optasse pela procedência ou pela não procedência.

Nestes termos, parece ser válida a interpretação do órgão recorrido de que qualquer decisão que adotasse em relação ao recurso interposto contra o despacho de aplicação da medida de coação prisão preventiva deixaria incólume o despacho de reapreciação da prisão preventiva, pelo que haveria uma inutilidade superveniente da lide.

2. Assim, é de se considerar que o órgão recorrido falhou na interpretação promovida e, logo, violou direitos do recorrente quando decidiu que teria havido decisões posteriores que reavaliaram a prisão preventiva do recorrente sem ter consultado informações concretas do processo a fim de averiguar esta situação e quando considerou que haveria inutilidade superveniente do recurso de aplicação da medida de coação prisão preventiva em virtude da não impugnação de eventual despacho de pronúncia ou equivalente. Mas já não violou qualquer direito ao considerar que o não recurso contra o despacho que reexamina a aplicação da prisão preventiva conduz à inutilidade superveniente do recurso que aplica a medida de coação prisão preventiva, na medida em que qualquer decisão relativamente a este recurso deixaria incólume os efeitos da decisão de reapreciação, não podendo gerar qualquer efeitos útil para o titular do direito no momento em que o haveria de apreciar e decidir, na medida em que a situação é suplantada pela segunda decisão que se estabiliza pela ausência de reação processual.

3. Por último, permanece a questão de se decidir qual amparo é mais adequado com vista a reparar o direito ao recurso e o direito à tutela jurisdicional efetiva do recorrente, violados pela primeira conduta impugnada. O recorrente com a interposição deste recurso de amparo dirige dois pedidos ao Tribunal, primeiro que se declare a decisão recorrida inconstitucional e segundo que se ordene à entidade recorrida a reapreciação do mérito do recurso interposto contra o despacho que lhe aplicou a prisão preventiva como medida de coação pessoal. Entretanto, como indiretamente o que o recorrente pretende é a restituição da sua liberdade natural, tendo em conta o poder da Corte Constitucional de outorgar amparo diferente do pedido, não se deixa de aventar esta possibilidade.

3.1. Relativamente ao primeiro pedido é lógico que o Tribunal não o pode atender pelo simples motivo de que no âmbito do recurso de amparo não lhe compete fiscalizar normas ou decisões inconstitucionais, mas sim averiguar se uma determinada conduta dos poderes públicos, mormente dos tribunais, viola qualquer direito, liberdade e garantia constitucional e repará-lo mediante concessão do amparo adequado para o efeito.

3.2. O segundo pedido igualmente não parece ter procedência. A Corte Constitucional, neste caso, não poderia ordenar que a entidade recorrida avaliasse o fundo da questão do recorrente, na medida em que a sua fundamentação para não o fazer não é errada nem é inconstitucional, pelo menos parcialmente no que toca ao despacho de reapreciação dos pressupostos da medida de coação de prisão preventiva. O que ela fez e

não poderia fazer foi considerar que aquele reexame tinha tido lugar sem que para isso se valesse de dados concretos constantes do próprio processo.

Assim, parece que o que o Tribunal pode fazer, não fosse questão analisada a seguir, é ordenar que a entidade recorrida averigue com base no processo se de facto houve despacho que reapreciou os pressupostos da prisão preventiva do recorrente e se essa reapreciação foi ou não impugnada. Somente no caso em que eventualmente atestasse o não reexame teria o dever de conhecer o fundo da questão, desde que os outros pressupostos para esse efeito estivessem preenchidos, solução que, no entanto, não seria possível tendo em conta que próprio recorrente reconhece e disso faz prova a f. 88 do processo principal que houve uma reapreciação da prisão preventiva no dia 24 de outubro de 2014 e ela não foi impugnada, pelo que não se vê como a entidade recorrida estaria obrigada a conhecer a questão no seu mérito.

Contudo, mesmo em relação a essa possibilidade não parece que seria o amparo adequado a remediar essa situação, pois ela se revelaria completamente inútil, uma vez que o recorrente já não se encontra em prisão preventiva nem em situação de prisão efetiva, pois cumpriu desde 21 de julho de 2015 a pena de um ano de prisão a que fora condenado, pelo que se encontra em liberdade desde essa data, conforme consta o mandado de libertação de 14 de julho de 2015 constante da f. 141 do processo principal.

3.3. Outrossim, quanto à eventual libertação do recorrente ela não seria viável por esses mesmos motivos, primeiro o recorrente já se encontra em liberdade, segundo, tendo em conta os direitos violados e a forma como o foram, o Tribunal só poderia determinar, não fosse o facto de o recorrente já se encontrar em liberdade, que o órgão *a quo* atestasse com base em provas concretas do processo se tinha havido reexame da prisão preventiva e decidisse com base nessa conclusão. Pelo que a simples declaração da violação dos direitos pela egrégia corte recorrida se revela o amparo mais adequado a remediar a situação lesiva identificada.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional reunidos em Plenário decidem que:

- a) O Tribunal recorrido violou o direito de recurso e o direito à tutela jurisdicional efetiva ao decidir que houve decisão que reexaminou a prisão preventiva com base em meras suposições e não em informações concretas presentes nos autos e que o não recurso do despacho de pronúncia ou equivalente conduz à inutilidade superveniente do recurso interposto contra o despacho de aplicação da medida de coação de prisão preventiva, declaração esta que se considera adequada para se remediar a vulneração do direito;
- b) O Tribunal recorrido não violou qualquer direito da titularidade do recorrente ao considerar que o não recurso do despacho de reapreciação da medida de coação prisão preventiva conduz à inutilidade superveniente do recurso da decisão que aplicou a prisão preventiva, na medida em que deixaria incólume aquela decisão.

Registe, notifique e publique.

Praia, 4 de dezembro de 2020

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 27 de janeiro de 2021.

O Secretário,

*João Borges*